



Anais da Assembleia

Nº 44

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE MAIO DE 1980

ANO VI

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9.ª LEGISLATURA

ATA DA 42.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 13 DE MAIO DE 1980

TERÇA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga
Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Augusto Carneiro e José Domingos.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Aírton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelton Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguaruzzi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, voto de congratulações à Sociedade 13 de Maio, pelo 91.º aniversário de fundação.

Requer, outrossim, após aprovação desta, dê-se ciência do mesmo ao Sr. Presidente Sr. EUCLIDES DA SILVA.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

(a) ADALBERTO DAROS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que seja dispensada a publicação da redação final do Projeto de Resolução n.º 1/80 que trata das sessões ordinárias de plenário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980

(a) DARCY DEITOS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei de sua autoria n.º 119/79, que visa doar ao Município de Amaporá motoniveladora que especifica, em razão da doação da referida Motoniveladora ao município através de Decreto Governamental.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

(a) PINTO DIAS.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, Governador do Estado, Excelentíssimo Senhor OSCAR ALVES Secretário da Saúde e do Bem Estar Social e ao Sr. REINHOLD STEPHANES, Secretário da Agricultura, solicitando que os mesmos proibam a COMERCIALIZAÇÃO e USO de qualquer defensivo agrícola que contenham em sua fórmula mercúrio, bem como procedam a apreensão dos que estão sendo vendidos no mercado consumidor de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

(a) DARCY DEITOS.

JUSTIFICATIVA:

O uso de fungicidas mercuriais no Brasil é motivo de sérios e crescentes preocupações.

Se as indústrias têm sido responsabilizadas por produzirem esses pesticidas, o uso errado e insensato pelos agricultores é sem dúvida o grande problema no Brasil.

Recentes notícias veiculadas na imprensa, mostram a ocorrência de lesões em trabalhadores no Espírito Santo, devido ao uso e manejo errado e imprudente do mercúrio no tratamento de toletes de cana e tomate.

Do Rio Grande do Sul vem a denúncia de que o teor de mercuriais no tomate atinge até 30 vezes o limite recomendado pelo OMS.

Será possível que só após aparecerem vítimas do terrível mal de MINAMATA é que os agricultores e industriais tomarão as medidas que lhes cabe no processo de proteção à saúde de nossos semelhantes?

O que temos a fazer é proibir a comercialização de mercuriais em todo o Brasil.

O Ministério da Agricultura determinou recentemente que produtos à base do mercúrio só podem ser aplicados na proteção das sementes e sob responsabilidade das indústrias produtoras, proibindo-se a venda direta aos agricultores.

Os mercuriais utilizados no Brasil são o acetato de fenil mercúrio, o cloreto metoxi etil mercúrio e outros. Esses mercuriais são utilizados como fungicidas e das formulações que os utilizam, também como inseticidas (Neantina seco e Aldescan-M).

O uso desses produtos não mais se justificam, já que podem ser substituídos por exemplo pela Clortalonil, Maneb e outros.

O Plano Nacional de Defensivos Agrícolas prevê para 1980 a produção de 15.500 toneladas de Maneb, portanto os agricultores não podem alegar a falta de fungicidas alternativos aos mercuriais. Eles existem e têm que ser utilizados.

Dáí solicitarmos que as nossas autoridades proibam e apreendam os fungicidas que contenham em suas fórmulas

o mercúrio, não permitindo o uso dos mesmos pelos agricultores, como exemplo do que atualmente ocorre no vizinho Estado do Rio Grande do Sul.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores EDUARDO MATTOS PORTELLA, Digníssimo Ministro da Educação e EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimo Secretário da Educação, sugerindo-lhes a uniformização de livros didáticos nas Escolas Públicas e Particulares.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

A iniciativa deste pedido ressurgiu, agora, através da Câmara Municipal do progressista Município de Cascavel, ao aprovar requerimento de autoria da Vereadora Marli Cruz.

Há cerca de três anos, esta Casa já havia aprovado requerimento em termos similares, de autoria deste Deputado, sem que alguma providência fosse tomada pelas autoridades que respondiam por aquelas Pastas.

Realmente, temos que concordar com a ilustre Vereadora de Cascavel, quando afirma que "a grande variedade de livros e autores, de ano para ano, vem dificultando as classes menos favorecidas".

O fato de um irmão deixar de utilizar o livro de seu mano, usado no ano anterior para a mesma série, é constatado seguidamente.

Embora entendamos como temerário a adoção de livros de um só autor cremos que a padronização das matérias e a rígida observância dos currículos seriam importantes passos para que sejam uniformizados os livros didáticos nas escolas brasileiras.

Ao transmitirmos o apelo proveniente da mais expressiva micro-região do oeste paranaense, esperamos obter uma solução satisfatória, ainda que os estudos necessários para essa finalidade somente possam ser ultimados para ter aplicação a partir do próximo ano.

Solução imediata, seria desobrigar os alunos da aquisição de livros didáticos com autores pré-estabelecidos.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam encaminhados ofícios aos Excelentíssimos Senhores EDSON MACHADO DE SOUZA, Digníssimo Secretário da Educação e GILBERTO GERALDO GARBI, Digníssimo Presidente da TELEPAR, solicitando a instalação de um terminal telefônico no Grupo Escolar São Paulo Apóstolo, situado na Rua Coronel José Carvalho de Oliveira, 1275, Vila São Paulo, Uberaba, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

(a) FIDELCINO TOLENTINO.

JUSTIFICATIVA:

O Grupo Escolar "SÃO PAULO APÓSTOLO", sito a Rua Coronel José Carvalho de Oliveira, n.º 1.275, na Vila São Paulo, no bairro Uberaba, nesta Capital, abriga, atualmente 1.200 (hum mil e duzentos) alunos.

Apesar desse expressivo número, distribuído em 08 turmas do 1.º ano; 08 do 2.º ano; 07 do 3.º ano e 05 do 4.º ano, além de 01 turmas de pré-primário, o prédio está praticamente isolado da cidade.

É necessário que seja instalado um telefone naquele

educandário, ao menos para atender-se aos casos que requeiram urgência.

A maioria dos Grupos Escolares e Ginásios situados no centro desta Capital são dotados desse benefício, sendo das mais justas, portanto, a reivindicação dos mestres, escolares e pais de alunos do Grupo Escolar "São Paulo Apóstolo".

Para imediato atendimento, seria interessante que se formalizasse um expediente nesse sentido, pois, a instalação do telefone pretendido, segundo nos informaram, requer certa tramitação burocrática.

Assim, para abreviar a solução do problema, solicitamos o maior empenho das autoridades a quem dirigimos o presente requerimento.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER expressa manifestação do Plenário, a fim de solicitar da Secretaria da Agricultura esclarecimentos sobre o desencontro de informações prestadas a este Poder e à Imprensa, bem como, com as disposições do regulamento dos concursos de produtividade de milho.

Que da decisão, dê-se ciência ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980

(a) NILSO SQUAREZI.

JUSTIFICATIVA:

Como respostas ao Pedido de Informações que esta Casa recentemente formulou, da Secretaria da Agricultura e da ACARPA-EMATER, recebemos respectivamente, os ofícios 100/80-DG e DP 117/2174/80.

Tais expedientes, na verdade e estranhamente, dizem as mesmíssimas coisas, pois, na realidade, um não passa de cópia fiel do outro, afirmando ambos que, por parte do Governo, nunca se prometeu prêmios materiais aos participantes dos concursos de produtividade.

Todavia, se aqui as respostas são coerentes, tão coerentes que até as palavras são as mesmas, eis que - frise-se - uma cópia da outra, diversa foi a informação prestada pelos responsáveis do Governo, aos produtores do Sudoeste, quando do encerramento do III Concurso de Produtividade.

Naquela ocasião, contatando o que as ensaiadas respostas de hoje pretendem fazer crer, o Chefe Regional da ACARPA-EMATER, Sr. Honorico Américo Tronco, assim afirmou na Cidade de São João, no dia 02 de outubro passado:

"Todos os senhores sabem que o vencedor do primeiro concurso de produtividade foi premiado pela Secretaria da Agricultura com um trator, e esse prêmio não será entregue ao nosso campeão desse ano, por motivos contrários à nossa vontade, mas devemos destacar que o grande prêmio foi recebido pelo Sr. Rolando Hasse, foi o de quadruplicar a produtividade do feijão" (Jornal do Paraná - edição de 10.11.79 - pág. 09).

As informações da Secretaria e da ACARPA, dizem enfaticamente:

"Desde o início do 3.º Concurso, os produtores sabiam que máquinas agrícolas não seriam oferecidas como prêmio aos vencedores ..."

Ora, se os concorrentes sabiam que não haveriam prêmios (?), por que justificar-se - a ACARPA -, no encerramento do concurso, que a não premiação ocorrera "por motivos contrários à nossa vontade" (dela: ACARPA-EMATER)?

Então, a "filosofia e princípios" de ação dos 24 anos de ACARPA não estão sendo traduzidos e estereotipados coerentemente por seus representantes, pois o Chefe Regional falou pela entidade e disse claramente "que a vontade" da ACARPA, era premiar com o trator e implementos agrícolas.

Na verdade, o que o Chefe Regional sentiu foi a necessidade de "justificar-se" com os vencedores porque os prêmios não estavam sendo entregues. E, a bem da verdade, a ACARPA não avisou alguém, que no 3.º Concurso, não seriam dados prêmios.

Simplesmente se omitiu.

Que fique, finalmente, esclarecido que não se pretende aceitar esta versão de que, ao início do 3.º Concurso, os concorrentes sabiam antecipadamente que não receberiam prêmios.

Que estabelece a verdade.

Os agricultores, participantes do 3.º Concurso, acreditaram até mesmo depois do encerramento, que receberiam seus prêmios e, tanto é verdade, que o que levou este Deputado a solicitar as informações sobre a premiação, foi justamente a expectativa dos vencedores em torno do recebimento dos prêmios.

E esta expectativa não está baseada simplesmente nos dois primeiros concursos nos quais os prêmios foram entregues.

Não. Ela existiu e persiste porque o próprio regulamento estabelecido para os concursos de produtividade, deixa claro que os vencedores têm direito a prêmio.

Vejamos:

2 - Organização

c - Caberá à Comissão Central:

c. - ESTABELECE E PROVIDENCIAR PRÊMIOS, A NÍVEL REGIONAL

e - Caberá às Comissões Municipais:

e.8 - ESTABELECE E PROVIDENCIAR PRÊMIOS PARA OS VENCEDORES A NÍVEL MUNICIPAL.

7. Disposições Gerais

h - A COMISSÃO CENTRAL SE OBRIGA A PUBLICAR OS RESULTADOS A NÍVEL REGIONAL E FAZER A ENTREGA DOS PRÊMIOS DOS VENCEDORES A NÍVEL REGIONAL ATÉ O DIA 30 DE JUNHO DE 1977.

1 - O PRODUTOR QUE OBTIVER A MAIOR PRODUTIVIDADE FÍSICA, A NÍVEL REGIONAL, ALÉM DO PRÊMIO RECEBERÁ UM TROFÉU DEFINITIVO QUANDO O PRODUTOR VENCER POR TRÊS VEZES O REFERIDO CONCURSO.

Finalmente, ao se inscreverem, no Concurso de Produtividade, os concorrentes eram obrigados a assinarem a seguinte declaração:

"Declaro que conheço as normas do concurso, com as quais concordo, sob pena de ser anulada minha inscrição se vier a não cumprí-las".

As respostas colidem pois, com o regulamento do Concurso e com as declarações do Chefe-Regional da ACARPA EMATER e devem ser, devidamente esclarecidas.

Quem quer os esclarecimentos não é o subscritor, e sim

os vencedores que estão aguardando seus prêmios.

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 45/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada a Unidade Escolar implantada no Conjunto Residencial Monteiro Lobato, de "Escola Professor Aristeu Costa Pinto", no Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980

(a) CYRO MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

Iniciando sua vida no professorado como professor primário em Jaguariaíva, exerceu funções de direção nos Municípios de Rebouças e Ponta Grossa, foi Inspetor de Ensino em Rebouças e Londrina, Professor do Colégio Regente Feijó, Diretor do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Ponta Grossa, Supervisor do MOBREAL em 8 municípios.

Toda a sua vida dedicada ao ensino primário e secundário do Estado do Paraná, desde 1937, como professor normalista e desde 1962 como Professor do Ensino Médio.

Justifica-se com toda a justiça a sua indicação para dar o nome ao estabelecimento de ensino do Conjunto Residencial Monteiro Lobato, no Município de Ponta Grossa.

PROJETO DE LEI N.º 46/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Fica declarado de utilidade pública o SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA DA IGREJA PETENCOSTAL FILADÉLFIA, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

(a) QUELSE CRISÓSTOMO.

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende declarar de utilidade pública, preenche os requisitos essenciais exigidos pela Legislação Federal e Estadual reguladora da matéria.

É sua finalidade Evangelização pela propagação do Evangelho de Cristo, bem como dar assistência social, com criação de departamentos de ensino, médico, dentário, trabalhos manuais, orfanatos e outros, visando sempre o bem estar social, moral e religioso daqueles que necessitam.

Desta forma, apresentamos o presente plano de lei, à consideração dos nobres Pares, esperando que se lhe dê o devido apoio e posterior aprovação.

PROJETO DE LEI N.º 47/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
DECRETA:

Art. 1.º - Fica denominada de "Professora Elzira Correia de Sá, a Unidade Escolar do 2.º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1980.

(a) CYRO MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

A Professora Elzira Correia de Sá iniciou muito cedo suas atividades como educadora no Grupo Escolar Ministro Gustavo Capanema, em Teixeira Soares, onde exerceu o magistério durante 16 anos, sendo 8 anos como diretora do esta-

belecimento.

No Município de Ponta Grossa, dirigiu o Grupo Escolar Prof. Colares durante 18 anos, onde demonstrou para todos os pontagrossenses uma dedicação ímpar ao ensino, com reflexos profundos no bom nome que ostenta ainda o Grupo Escolar Prof. Colares.

Além destas atividades no curso primário, exerceu as funções de professora no Colégio Regente Feijó, há 25 anos, como titular da disciplina de Português, coordenadora do Departamento de Letras, Coordenadora Geral do Colégio e Diretora Auxiliar.

No Curriculum Vitae, traz outras funções que exerceu no Magistério do Paraná, colocando-a em destaque nos cargos e atividades que exerceu.

Justifica-se, pois, a indicação do seu nome para a Unidade Escolar do segundo grau implantado no Conjunto Residencial de Santa Paula, como exemplo significante de sua dedicação ao ensino do Paraná.

PROJETO DE LEI N.º 48/80

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominada a Unidade Escolar do 1.º Grau implantada no Conjunto Residencial de Santa Paula, de Escola Prof. Valdevino Lopes, no Município de Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de maio de 1.980.

(a) CYRO MARTINS.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Está finda a leitura do expediente.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista, inscrito.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Há exatamente noventa e dois anos, a Princesa Isabel, que foi denominada a Redentora, pelo fato de em um ato de apenas três linhas, fazer desaparecer do Brasil a chaga da escravidão.

Isabel assinou a Lei Áurea, respondendo pelo Governo brasileiro, enquanto seu pai, em viagem oficial, percorria a Europa.

Noventa e dois anos são passados, Sr. Presidente, Srs. Deputados, mas deixo aqui uma indagação no ar. Terá desaparecido de nosso País a escravidão negra? Isabel, a Redentora, não terá apenas, em uma penada, feito desaparecer a escravidão apenas no papel? O racismo, razão direta da escravatura não persiste, cada vez mais enraizado nos corações brasileiros?

Dizemos aos quatro ventos, batemos no peito e nos ufanamos de não sermos racistas, de possuímos um País onde todas as raças se irmanam.

Será verdade? Se não possuímos o racismo dentro de nós, por que não temos um general negro? um almirante? um brigadeiro? um governador? ou mesmo um senador? Se os houve, foram poucos, muito poucos, hoje não mais.

Preto ainda hoje é sinônimo de inferioridade, de baixa. Preto e muitos de nós já ouvimos falar, só serve mesmo para fazer samba e jogar futebol.

Criticamos os Estados Unidos e os europeus mas, no fundo, no fundo mesmo, somos piores.

Piores porque o racismo norte-americano é declarado é feito às claras, enquanto que o nosso está à sorrelfa, nas entrelinhas, nos meios-gestos.

Dizemos que nada temos contra o preto, mas damos preferência à empreada doméstica branca, profissão subalterna na qual a pessoa de cor talvez possa disputar o emprego.

Frases como “negro se não faz na entrada, faz na saída”, tão ao gosto de nossos avós ainda são evidência hoje, ou mesmo “a situação está preta”, “preto de alma branca” que são evidências racistas.

É ... Sr. Presidente, deixo aqui as minhas dúvidas, se Isabel, a que se chama de Redentora, em 13 de maio de 1888, quando colocou sua assinatura na Lei Áurea, terminou com a escravidão no Brasil.

Era isto, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao nobre Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Tendo declinado, concedo a palavra ao nobre Deputado Ezequias Losso.

Ausente, concedo a palavra ao nobre Deputado Fidecino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

“Os fatos ocorridos na semana passada nesta Casa, deram ensejo a uma atroada de notícias conflitantes, com desdobramentos, posições e afeitos que merecem reparos.

Não posso aceitar inverdades como dogma de justiça, nem permitir que prevaleçam as versões contraditórias sobre a realidade dos fatos divulgados, porque isto seria negar o valor da postura dos homens de bem.

Para que a verdade seja reconstituída, e para que ela forneça a base do juízo correto do episódio, é forçoso dizer que o fato se feriu após cumprimento cordial deste Deputado ao Sr. Deputado David Cheriegate, que se posicionara também contra a transferência da Sede da COTRIGUAÇU de Cascavel para Curitiba.

Por informações de outros Parlamentares, tomei ciência, minutos antes, de que aquele Deputado estaria aborrecido com a leitura da ata feita por mim na sessão anterior.

Procurando esclarecer aquele gesto alusivo a vários Deputados, fui, com surpresa, repellido pelo Parlamentar com voz e gestos alterados. Tentei em vão, com insistência minimizar o sucedido. Seguiu-se a elevação maior da voz com palavras que considerei ofensivas e, sem conter o instintivo impulso, frente a frente houve o desfecho.

O fato foi testemunhado diretamente por Parlamentares, não só do meu partido, como ainda por - pelo menos um radialista do comitê de imprensa, além de funcionários desta Assembléia.

Reconhecendo que este fato trouxe um novo abalo ao já desgastado Poder Legislativo, venho a esta tribuna, tentar reconciliação comigo mesmo e com todos aqueles que, entendendo a sinceridade deste, queiram aceitá-lo.

Não fugirei à responsabilidade dos efeitos que esse episódio possa trazer, e isto me anima a declarar que, de minha parte, e em homenagem ao Poder Legislativo, e à sua Mesa Executiva, considero encerrado esse acontecimento.”

Quero de forma especial e fraterna, prestar uma justa homenagem à minha bancada e agradecer o apoio recebido de cada um desses diletos companheiros, que compreendendo e aceitando o meu apelo, souberam conter o desejo de solidariedade pública, e evitar as manifestações sobre o caso.

Isto para mim foi honroso e gratificante.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Renato Bernardi.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Indiscutivelmente é o Parlamento a caixa de ressonância das pulsações sociais, políticas e culturais de um povo. E nós afirmamos que exatamente a liberdade, a grandeza e a autonomia de um Parlamento e de uma Casa Legislativa, representam efetivamente, Sr. Presidente, a garantia também da tranquilidade de um sistema democrático.

Quantas e quantas vezes, esta Casa pode ter sido arranhada por episódios incompatíveis com a dignidade da sua essência e da sua função.

Entretanto, quantas e quantas vezes, também, Srs. Deputados, a reação de cada um de nós, para trazer o Legislativo aos seus verdadeiros rumos e a sua verdadeira destinação, tem representado a reação de quem acredita no Legislativo como a efetiva ponte entre a construção do bem comum e as necessidades e anseios populares.

Em nome da bancada do meu partido, do PMDB, relembro nesta Casa, os quase seis anos, de atividade do Deputado Fidelcino Tolentino que, efetivamente, procurou dar, com a sua inteligência, com o seu trabalho, com a sua operosidade, vibração à essência deste Poder.

E o fez sempre com grandeza e dedicação.

Na semana passada, entretanto, tivemos um incidente que, para nós, acompanhando a posição manifestada publicamente pelo Sr. Governador Ney Braga, através dos órgãos de comunicação, ele próprio reconhecia, era um episódio isolado. Fato anormal, sim, mas isolado dentro do contexto do processo legislativo.

E assim deve ser encarado. E esta manifestação do nosso irmão, Deputado Fidelcino Tolentino, vem mostrar, mais uma vez, a grandeza de sua alma, a grandeza de seu espírito, e demonstrar que os seus seis anos de mandato que completa nesta Casa, foram todos eles voltado também para a causa comum de todos nós, Sr. Presidente, que é o bem comum e a melhoria da qualidade de vida da sociedade paranaense. Teve, desde toda a hora, a nossa solidariedade que apenas não foi manifestada publicamente por um apelo seu, apelo pessoal, porque entendia, também, a necessidade de não se dar um desdobramento maior a um fato que, analisado, tranquilamente e de cabeça fria, se observou que, isolado teve razões que não queremos, não podemos e não conhecemos, para entrarmos no mérito delas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pediria uma autorização ao nosso Companheiro Tolentino, fugindo até à praxe parlamentar, para lembrar aos nossos companheiros de bancada, aos nossos Colegas de Parlamento, que esse Deputado, ainda há questão de alguns meses, passou por um drama pessoal, diante do qual, talvez a maioria de nós teria sucumbido.

Homem de quase 40 anos de idade, tem, por um desígnio da Providência, a fatalidade a estraçalhar-lhe a vida familiar.

Mas, a bancada do nosso partido, do PMDB, entende que, pela grandeza mesmo do Poder Legislativo, todos estaremos no sentido de uma atividade de engrandecimento deste Poder.

E queríamos, agora, manifestar mais uma vez, a nossa solidariedade ao nosso companheiro, ao nosso irmão de luta e de ideal — Deputado Fidelcino Tolentino que, irmanado e incorporado à luta de todos nós, terá também, sempre ao seu lado, acredito que não só a bancada do PMDB, mas de todos aqueles que convivendo com Sua Excelência, durante cinco anos e meio, souberam colher do seu trabalho tantos e tantos benefícios pelo engrandecimento não só da sua Cascavel, do seu oeste paranaense, mas do nosso Paraná e da causa maior da democracia no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.—

(Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — A Mesa registra a presença em nosso plenário do Sr. Deputado Federal, Norton Macedo, bem como do Sr. Vereador Anacleto Pântano, do Município de Corbélia.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Ezequias Losso, inscrito.

O SR. EZEQUIAS LOSSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE CURITIBA completa nesta data, 13 de maio, o seu 66.^o aniversário de organização.

A obra batista em Curitiba foi iniciada pelo Pastor Manoel Virgílio de Souza, de saudosa memória.

Ele a iniciou em sua própria casa, quando se reunia com a sua numerosa família para realizar cultos, para os quais convidava também os seus amigos e vizinhos.

Várias pessoas foram se convertendo e no dia 13 de maio de 1.914 foi organizada a Igreja, com 18 membros fundadores.

Depois desses 66 anos, temos hoje em Curitiba 20 igrejas organizadas.

A maioria dessas igrejas é resultado direto do trabalho da Primeira Igreja Batista, que conta hoje com mais de 1.000 membros arrolados.

Atualmente a Igreja Batista atravessa uma fase de expansão, através da abertura de novas congregações e Frentes Missionárias na grande Curitiba.

Para participar das comemorações do seu aniversário, a Igreja convidou uma equipe da EAST PARK BAPTIST CHURCH da Cidade de Memphis, Tennessee, USA.

O grupo chegou a Curitiba, no dia 6 do corrente, e está participando dos cultos especiais que estão sendo realizados na igreja, inclusive hoje e amanhã, às 20,00 horas.

São os seguintes os integrantes da equipe, que nessa ocasião se encontram na galeria de honra desta Assembléia Legislativa, acompanhados pelo Pastor Marcílio Gomes Teixeira, dinâmico Pastor da Primeira Igreja Batista de Curitiba:

Pastor Wayne Allen — Pastos da East Park Baptist Church, Presidente da Ordem dos Pastores Batistas do Estado de Tennessee e Diretor do Departamento de Missões das Igrejas Batistas de Tennessee, que traz em seu poder, uma chave simbólica, representativa do Estado de Tennessee que entregará ao nobre Presidente desta augusta Assembléia Legislativa, dando assim o seu voto de fraternidade, que tem sido desenvolvido pelo intercâmbio que se realiza entre o nosso Estado e aquele próspero Estado norte americano.

Também faz parte da comitiva o Pastor Jerry Fugate, Pastor da Mocidade da East Park Baptist Church, Músico e Regente, Dr. Paul Gregory cirurgião dentista, Dr. David Lewis, professor de matemática, Dwight Mulholland, administrador, Tereza Mulholland, enfermeira no Hospital Batista de Memphis e Earline Hewkins, enfermeira do Hospital de Pesquisas de Doenças de Crianças na Cidade de Memphis.

A igreja East Park Baptist Church passou por uma experiência semelhante à da Primeira Igreja Batista de Curitiba, quando teve de adquirir uma grande propriedade e construir um novo templo, sendo que na compra e na construção, empregou aproximadamente sete milhões de dólares, em 74.

Hoje, aquela Igreja é uma das principais e que mais cresce nos Estados Unidos, contando atualmente com 1.800 membros e 5 pastores.

A Primeira Igreja Batista de Curitiba está empenhada no pagamento do terreno onde será construído o seu novo santuário, que será um verdadeiro monumento de fé em nossa cidade, em nosso Estado.

A área está situada no Batel, com frente para as Avenidas Batel e Visconde de Guarapuava e para a Rua Bento Viana, tendo 13.238 m². Além de estar pagando o terreno, a Igreja está iniciando um fundo de construção, contando com a con-

tribuição efetiva e voluntária de seus membros, congregados e amigos e hoje comemorando o 66.º aniversário a Igreja pode dizer: "Até aqui nos ajudou o Senhor", e desta tribuna, Sr. Presidente e Srs. Deputados, trazemos as nossas congratulações aos dinâmicos líderes e membros, desejando que o trabalho que tem sido aqui realizado, possa prosseguir cada vez com mais vigor, com mais entusiasmo para gáudio de todos nós. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares, inscrito.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê):

"Há, exatamente, um ano atrás, entrava em vigor, sancionada que fora pelo então Presidente Geisel, a malfadada Lei Orgânica da Magistratura.

Em discurso aqui proferido, no dia seguinte à sua sanção, afirmamos que ela era fruto do arbítrio, da prepotência e do tristemente lembrado "pacote de abril", à qual teria sido concebida e imposta à Nação para agilizar, modernizar, baratear e propiciar uma melhor jurisdicional ao povo brasileiro.

Porém, como todos sabem, a reforma do Poder Judiciário, através dessa malsinada lei, foi apenas um pretexto, uma desculpa esfarrapada, para que, casuisticamente, fossem gerados os Senadores "biônicos", os Governadores de "provetas" e a precária maioria parlamentar que sustenta o Governo Central no Congresso Nacional.

Com isso, formou-se um Congresso Nacional que não representa a vontade, os anseios e as aspirações legítimas do povo brasileiro, que clamam pela formação de uma Assembléia Nacional Constituinte, a ser escolhida pela vontade livre e soberana do povo desta grande Nação.

Enquanto que o tristemente famoso "pacote de abril", um dos maiores retrocessos político-institucional, já praticado no Brasil, ensejava a premiação dos Senadores "biônicos" e dos Governadores de "provetas", os estudos para dar à Magistratura Nacional uma lei básica e normativa eram realizados sob sigilo total, às portas fechadas, por um Grupo de Trabalho formado pelo Governo da República.

Não se permitiu que os verdadeiros interessados, os maiores conhecedores dos problemas, os que vivem intensamente os problemas jurídicos neste País, os que ofereceram o seu saber, o seu trabalho e a sua vida pelo supremo ideal de fazer justiça, opinassem sobre os pontos fundamentais do esboço da "nova lei" que se anunciava como a redenção da Justiça brasileira.

Mas, quando surgiu o "fantasma", a Nação inteira ficou estarecida. Ministros, Desembargadores, Professores, Universitários, Juizes, Advogados, Procuradores e Promotores de Justiça, Intelectuais, Estudantes, Serventários da Justiça, enfim, todos protestaram e procuraram demonstrar ao Governo que a Lei Orgânica da Magistratura iria causar sérios e irremovíveis problemas à Justiça da nossa terra. Encarnando o sentimento de todos, Senadores e Deputados do ex-MDB fizeram seguidos pronunciamentos contra o texto da inconveniente lei que se pretendia impor ao País.

Graças à vigorosa atuação do Movimento Democrático Brasileiro, a propalada lei não foi aprovada no ano de 1978. Contudo, com o apoio dos Senadores "biônicos", e é sempre bom lembrar isso, para que a história registre a participação desses homens nesta quadra negra da Nação brasileira, o "rolo compressor" do Governo, através da antiga ARENA conseguiu aprovar e submeter à sanção Presidencial a Lei Orgânica da Magistratura, que tanto tem tumultuado a vida forense deste País.

Dizíamos, também à época de sua vigência, que sem

dúvida, alguma, a referida lei iria agravar, sensivelmente, os já quase insolúveis problemas do Poder Judiciário, mesmo porque não foram apresentadas alternativas para os entraves que em-traves que emperram a "máquina judiciária" na primeira instância, onde é efetivamente realizada mais de oitenta por cento da prestação jurisdicional.

E hoje, um ano após a sua vigência, o que temos assistido. Temos assistido é a justiça caminhar a passos de tartaruga. Nada trouxe para resolver e agilizar os problemas a ela afetos. Temos assistido as mais variadas entidades representativas de classe a protestarem contra a sua eficácia, que de eficácia, que de eficácia não trouxe efeito algum.

A Associação dos Magistrados de Brasília, disse em entrevista concedida à "Folha de São Paulo", que a Lei Orgânica da Magistratura, resultante da edição do "pacote de abril", ao completar hoje, o seu primeiro ano de existência, nada trouxe de objetivo para resolver os problemas da rapidez dos julgamentos, porque já está envelhecida.

Ao fazer uma avaliação crítica do texto da lei em questão, o referido Desembargador apontou como grande defeito do diploma legal, que hoje completa um ano de vigência, o fato de que se limitou a ser uma reforma de tribunais, com a ilusão de que o problema é simplesmente de aumento de número de juizes. Citando, como exemplo, que a ampliação do Tribunal Federal de Recursos não foi acompanhado de normas para desafogar a primeira instância. Observou que o texto da referida lei, que seria considerado básico para a tão desejada reforma judiciária, não enfrentou os problemas da crise do Judiciário, porquanto a Justiça de primeiro grau praticamente não foi lembrada.

Apesar de ter apenas um ano, a lei está envelhecida, afirmou o Desembargador Vicente Cernicchard, Presidente da Associação dos Magistrados de Brasília.

Lembrando ainda os estudos e sugestões já apresentados pelos Magistrados em Congresso, e que se juntaram aos estudos dos advogados do Brasil para mudar a lei que ainda provoca controvertidos debates, insiste: o Presidente da Associação dos Magistrados do Brasil, na urgente adaptação do diploma legal à realidade política do País.

Para o aludido Magistrado a democracia é antes de tudo, a independência dos poderes. Por isso criticou os atos resultantes da questionada lei que confirma a inexistência da independência do Poder Judiciário.

A constatação de que o Judiciário ainda não se tornou apto para acompanhar as exigências do desenvolvimento do País vem sempre escorada em críticas feitas pelos magistrados, advogados e outros interessados na execução de uma autêntica reforma judiciária.

A crise do Poder Judiciário diagnosticada em amplos relatórios pelo Supremo Tribunal Federal, embora tenha motivado uma emenda constitucional do "pacote de abril" e em decorrência a Lei Orgânica da Magistratura, continua até hoje sem solução.

Uma prova de que a reforma judiciária iniciada pelo Governo Geisel ainda não superou a crise, tem sido dada pelos problemas revelados nas estatísticas dos tribunais. O STF, mesmo depois da implantação da reforma decorrente da Lei Orgânica da Magistratura, continua entulhado de processos. O mesmo se diz com relação aos demais Tribunais Superiores e os Tribunais de Justiça dos Estados, onde a situação é muito pior.

Com relação aos cartórios, o então Ministro Armando Falcão, que coordenou a reforma judiciária, na sua condição de titular licenciado de um cartório no Rio de Janeiro, redigiu uma emenda ressaltando os direitos adquiridos de todos os titulares para poder concordar com a oficialização proposta pelo STF.

Essa lei da oficialização dos cartórios, agora, antes de

ser executada, já está sendo criticada, porque contém "graves falhas". A finalidade da oficialização seria a de permitir à União uma arrecadação de recursos das custas e serventias processuais capaz de ajudar na implantação judiciária. Mas isso tem sido impraticável, por força da emenda redigida e defendida, para não dizer imposta, pelo ex-Ministro do "nada a declarar", Armando Falcão, da Justiça, que ao ressaltar os direitos dos titulares de cartório, só possibilita a oficialização quando ocorrer a vaga do titular. No entanto, pouco antes de ocorrer uma vaga num cartório particular de boa arrecadação, logo surge uma substituição, isto é, vem um outro titular de um cartório de pequena arrecadação.

Diante dessa vergonhosa manobra imposta pelo seu Armando Falcão, cuja passagem pelo Ministério da Justiça somente serviu para atender aos seus interesses pessoais e de seus amigos, bem como, para evitar que os políticos debatessem as suas idéias, através do rádio e da televisão, através de uma lei que felizmente levou o seu nome, digo felizmente, porque amanhã, quando os raios da liberdade e da democracia se estenderem sobre nós, não poderá esse cidadão se eximir do grande mal que praticou contra a classe política, e porque não dizer, contra o povo brasileiro, ao lhe negar o direito de informação.

Diante dessa vergonhosa manobra, repito, a oficialização só se opera no cartório de menor arrecadação. E a corda sempre arrebentando do lado mais fraco.

Não faz mal, isso é próprio dos regimes totalitários.

Um dia, haverá de mudar.

O Sr. Fidelcino Tolentino — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado, é a segunda oportunidade que vejo Vossa Excelência assumir no Grande Expediente a tribuna desta Casa, para fazer referências e críticas fundadas a respeito da Lei Orgânica da Magistratura.

Nós temos observado no curso histórico deste País, Sr. Deputado, que as grandes reformas, sobretudo as reformas legislativas, deram-se em regime de exceção.

É o caso do Código Comercial, que data de 1850. É a Lei de Usura, que data do Estado Novo. A Consolidação das Leis Trabalhistas, que ainda têm alguns institutos que remontam a 1943. O Código Civil é de 1916. O Diploma Penal Brasileiro, o Código Judiciário Penal, e assim, várias outras leis ordinárias, só o que mudou, neste País, foram as leis que adequam o regime vigente de totalitarismo às necessidades de manutenção no Poder.

E essa reforma que se fez na Lei Orgânica da Magistratura, não buscou outro postulado que não aquele de garantir - parece-me e é um juízo pessoal, o emperramento da própria Justiça; porque num regime que não é verdadeiramente democrático, não se pode fazer alguma outra pretensão senão garantir ao próprio regime a alteração nas leis substanciais do País.

A prestação jurisdicional, que já vinha claudicando pelo sistema anterior, passou-se agora, e para mim Deputado, para a esfera federal, criando mais outro obstáculo para o sistema federativo.

A concentração das decisões, a fiscalização centralizada, pelo Supremo Tribunal Federal, pelo chamado "Colegião" que esta lei prevê e todas estas formas fiscalizativas, não trouxeram à prestação jurisdicional a declaração e o reconhecimento dos caminhos da Democracia.

É preciso abrir-se mais. É preciso que haja, eminente Deputado, a liberação dos debates, de forma ampla, em todos os setores e segmentos da sociedade, para que encontremos, com justiça e equidade, as normas que se aperfeiçoando ao Regime Democrático, melhor conduzem o pensamento coletivo da sociedade brasileira.

Quero me congratular ainda mais com Vossa Excelência, pela preocupação que Vossa Excelência tem tido nos pronunciamentos a respeito dos efeitos desta lei. Estão aí os cartórios,

criando problemas absolutamente incongruentes com a nossa época.

Aqui mesmo, no Paraná, tenho feito freqüentes denúncias ao Tribunal de Justiça, por causa do Regimento de Custas. A lei que regula a taxa judiciária é atentatória à dignidade do recolhimento em si mesmo.

De tal sorte, Deputado que reformas parciais não se farão neste País, sem os erros que estão sendo cometidos até pela Lei Orgânica da Magistratura.

Este País precisa se encontrar com a Nação. O Estado está distanciado da Nação e, para isto, é preciso que haja uma conciliatória dos homens que pensam neste País, dos juristas, dos sociólogos, dos legisladores, dos homens que realmente têm o interesse voltado para o engrandecimento da Pátria e para a exaltação da nacionalidade.

Por isto, me congratulo com a preocupação de Vossa Excelência.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e digo que é com imenso prazer que eu incorporo seu aparte a este modesto pronunciamento.

O Sr. Nestor Baptista — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento)

Nobre Deputado José Tavares, antes de mais nada, o cumprimento por trazer a esta Casa, mais uma vez, um assunto tão importante, um assunto que mereceria e continua merecendo um estudo mais sério dos homens que dirigem este País, e também um assunto que vem atestar a sua competência, exercendo o mandato de Deputado Estadual.

E aborda, com muita precisão, que o Governo, principalmente o Executivo, na sua tentativa, já de há muitos anos, tomar conta de tudo e desmoralizar o Legislativo e o Judiciário, conseguiu, também no aspecto hoje abordado, fazer com que a Magistratura sofresse muito no passado, e que continuasse sofrendo, como acontece na atualidade. É o descaso com que o Executivo vem tratando as coisas sérias deste País.

Ainda fugindo ligeiramente do aspecto da Magistratura, da Justiça neste País; o problema educacional que continua sendo totalmente abandonado; continua sendo desprestigiado, como vemos agora a greve dos estudantes da Faculdade Católica.

São os aspectos que procurou fazer este Governo; aspectos negativos, postergando as soluções e marginalizando a sociedade brasileira. O Legislativo não reagiu; o Judiciário, se reagiu, não teve o amparo necessário, porque foi totalmente engolido pelo Executivo - e este é um assunto muito sério; um assunto que deveria ser pensado, repensado e estudado com muito carinho. E, lamentavelmente, a assistência nesta Casa hoje é pequena, para que pudesse acompanhar a abordagem deste assunto que é trazido pelo nobre Deputado a esta Casa.

Um assunto que não interessa só ao Deputado que ocupa a tribuna, que não só interessa a este Deputado, como interessa a toda a Nação brasileira.

Meus cumprimentos, por trazer, volto a dizer, a esta tribuna, um assunto de tamanha importância.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o aparte de Vossa Excelência, e também as palavras elogiosas à nossa atuação, as quais devolvo em dobro ao nobre colega que conheço de longa data, também brilhante, pela sua postura, neste Parlamento.

Tem o aparte o Deputado Lineu Turra.

O Sr. Lineu Turra — Deputado José Tavares, eu não podia, evidentemente, deixar de me incorporar ao pronunciamento de Vossa Excelência e aos demais que se fizeram aqui, em aparte ao brilhante discurso de Vossa Excelência em relação a esta matéria que é tão importante.

Poder-se-á dizer que se trata de um assunto que é da esfera federal e nós, aqui nesta Casa, estaríamos até sem vez, para abordá-lo.

Entretanto, digo que exatamente, em virtude de os assuntos começarem lá por cima, é que nunca as coisas saem bem. Se assuntos como esses fossem começados, tratados pela raiz, evidentemente que as coisas não chegariam ao lugar em que estão.

Como o caso da Lei da Magistratura, a Lei Orgânica da Magistratura, que começou lá por cima, por gente que não entende nem de Direito e nem de Magistratura, e veio querer legislar neste campo, que deveria ficar a cargo daqueles que são doutores no assunto, e a cargo também do próprio Poder Judiciário, que deveria dar um esboço de um projeto, para depois, em discussões longas, discussões que envolvessem todos os segmentos do mundo jurídico, pudesse se chegar a um denominador comum, e se fizesse uma Lei Orgânica para atender a essa balbúrdia que existe no Poder Judiciário, a esse emperramento que existe no Poder Judiciário, que já por isso mesmo, não se distribui mais justiça, mas injustiça.

É evidente que, a Lei Orgânica da Magistratura, não teve por objetivo, quando ela foi aprovada pelo poder discricionário deste País, não teve por objetivo trazer um instrumento capaz de desemperrar o andamento da Justiça, capaz de fazer com que a Justiça caminhasse, no sentido de fazer justiça com mais rapidez.

Mas ele teve como objetivo, tão somente fazer aquilo que se fez, dar mais um golpe na democracia que estava a caminho neste País, e que todos nós esperávamos que ela chegasse um dia. Foi mais um golpe rasteiro, baixo, um golpe que é o atestado do caráter anti-democrático daqueles que fizeram a Lei Orgânica da Magistratura, que o Congresso Nacional rejeitou por impraticável, por impraticável.

E o povo brasileiro, aqueles que necessitam da Justiça, estão pagando por este crime cometido por aqueles que tantos crimes, que se somaram a esse, praticaram contra esta Nação.

Quero, Deputado Tavares, cumprimentar Vossa Excelência e dizer que, evidentemente, Vossa Excelência está indo para um caminho certo, porque as coisas devem ser discutidas a começar da base. Porque o dia que nós começarmos a discutir os problemas do povo, como povo, então nós chegaremos a uma solução pelo povo e para o povo.

Quero cumprimentar Vossa Excelência e me solidarizar com o seu pronunciamento.

Muito obrigado.

O SR. JOSÉ TAVARES — Agradeço o nobre Deputado Lineu Turra, e tomo a liberdade de lembrar a Vossa Excelência e aos demais companheiros da Casa, que esta lei, ela para nós do Paraná, ela tem sim uma particularidade toda especial. É que com a sua vigência, entrou também conseqüentemente, no Paraná, a criação de um Tribunal Militar.

Vossa Excelência deve lembrar-se que há um ano atrás, quando ela foi sancionada, esta Casa foi alertada para o fato que reputávamos e continuamos a reputar, como um dos assuntos mais sérios que este Parlamento deveria se preocupar, exatamente com o fato da criação de um Tribunal Militar para o Paraná. Tribunal inconstitucional, porque a Constituição Brasileira, em seu Artigo 57, inciso segundo, diz que é da competência exclusiva do Presidente da República a iniciativa de leis que aumentem a despesa pública.

Pois muito bem, esse Tribunal foi sub-repticiamente criado, sem uma iniciativa do Poder Executivo, por parte de um representante do Paraná, pertencente ao PDS, que cria, até com certa malícia, ao descuido dos demais Parlamentares do Paraná, com assento no Congresso Nacional, conseguiu ver aprovada essa emenda, inserindo no artigo 18 da Lei Orgânica da Magistratura, a palavra Paraná junto aos outros Estados que, infelizmente, já possuem Tribunal Militar, ou Justiça de 2ª Instância, para apurar os crimes militares.

Veja Vossa Excelência, que, com a criação desse Tribunal, no Paraná, inconstitucional, ocioso, e provamos, aqui,

com dados estatísticos, fornecidos pelo Tribunal de Justiça do Paraná que, neste Estado, não há necessidade, não há condições de se criar um Tribunal Militar, porque a Constituição diz que: "é de competência do Tribunal de Justiça analisar os crimes praticados por militares, na 2ª Instância.

Então, não há necessidade.

Mas, acontece que aquele Parlamentar que, no meu entendimento, prestou um grande desserviço ao Paraná, assim o fez atendendo pedidos de meia dúzia de pessoas interessadas no cargo de juízes que viriam compor esse Tribunal, o mais caro do mundo, que é o Tribunal Militar que se criou com a Lei Orgânica da Magistratura.

Temos a certeza de que esse Tribunal não será instalado no Paraná.

O próprio Tribunal de Justiça já rejeitou a instalação desse Tribunal. Temos essa certeza e o Paraná sabe disso.

Mas, enfoquei esse problema, nobre Deputado Lineu Turra, para mostrar a Vossa Excelência a gravidade da eficácia de uma lei como essa, feita com o Congresso fechado.

Além desse problema, existe para o Paraná e de resto para o Brasil, como disse o Deputado Fidelcino Tolentino, os problemas relacionados com os cartórios.

O então Ministro da Justiça, de triste memória, Armando Falcão, foi o coordenador dessa Reforma Judiciária, na sua condição de titular licenciado de um Cartório, no Rio de Janeiro e foi ele quem redigiu uma emenda ressaltando os direitos adquiridos, de todos os titulares de cartórios para poder concordar com a oficialização proposta pelo Supremo Tribunal, que faz parte do texto dessa lei.

Essa lei de oficialização dos cartórios, antes de ser executada, já está sendo criticada, porque contém graves falhas.

Finalizando, Sr. Presidente, devo dizer o seguinte: diante dessa manobra vergonhosa, desta emenda coordenada e redigida pelo ex-Ministro Armando Falcão, com relação à oficialização dos cartórios, se opera num cartório de menor arrecadação.

Porque, num cartório de maior arrecadação, de grande arrecadação, era de acordo com os interesses do aludido ex-Ministro, ela não pode se oficializar, e a corda, como nós estamos vendo, sempre arrebenta do lado mais fraco.

Não faz mal. Isso é próprio dos regimes totalitários.

Um dia, isso haverá de mudar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projetos de lei de autoria do Sr. Deputado Cyro Martins, constantes do expediente. Necessitam de apoio. — **Apoiados.** — Ao Departamento Legislativo.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, solicito chamada nominal para verificação de quorum.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e solicita do Sr. 1º Secretário que proceda a chamada nominal dos Srs. Deputados.

(É procedida a chamada nominal).

Responderam a chamada nominal 35 Srs. Deputados. Há quorum para prosseguimento da sessão.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 01/80, de autoria do Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, que dá nova redação ao art. 73 do Regimento Interno, mantido o Parágrafo Único que lhe foi acrescido pela Resolução nº 21/68, de 30/09/68, passando a vigorar como específica. (Disciplina as Sessões Ordinárias de Plenário). Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 08/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 14/80), que aprova Termo de Renovação aos Convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de LARANJEIRAS DO SUL e TOMAZINA, com a intervenção de Órgãos que especifica, objetivando a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, nos referidos municípios. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 09/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 15/80), que aprova Termos de Renovação aos Convênios nºs 50/78-SEPL, e 165/78-SEPL, celebrados entre o Governo do Estado do Paraná e os Municípios de ORTIGUEIRA e IMBITUVA, que com a intervenção de Órgãos que especifica, objetiva a aplicação de recursos financeiros da Cota Parte Estadual do Adicional do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos, em obras públicas. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução nº 10/80, de autoria da C.C.J., (Mens. Govern. nº 16/80), que aprova Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de PIRAQUARA, através da Secretaria de Estado do Planejamento que, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, visa a aplicação de recursos financeiros na execução da primeira etapa do Programa de Paisagismo das Vias de Acesso da Região Metropolitana. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 131/79, de autoria do Deputado GABRIEL MANOEL, que cria no Município de Curitiba, o Distrito Administrativo de FIGUEIRA, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 154/79, de autoria do Deputado GILBERTO CARVALHO, que cria no Município de Barbosa Ferraz, o Distrito Administrativo de BOURBÔNIA, com sede e divisas que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 189/79, de autoria do Deputado JOSÉ DOMINGOS, que declara de utilidade pública o "CENTRO ESPÍRITA OGUM MARINHEIRO", com sede e foro nesta Capital. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 190/79, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mens. Govern. nº 151/79), que objetiva autorizar o Poder Executivo a realizar com a Cúria Metropolitana, permuta de imóveis situados no Município de RIO NEGRO, com áreas, melhorias e demais características que especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 01/80, de autoria do Deputado DAVID FEDERMANN, que denomina "ESCOLA

PADRE CARLOS ZELESNY — ENSINO DE 1.º GRAU", a unidade escolar implantada no Bairro de Sabará, Ponta Grossa. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 02/80, de autoria do Deputado LÁZARO DUMONT, que declara de utilidade pública o "INSTITUTO PIO XII", com sede e foro na Cidade de Londrina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 15/80, de autoria do Deputado JOSÉ TAVARES, que concede ao Cientista ALBERT SABIN, o título de Cidadão Honorário do Paraná. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 18/80, de autoria do Deputado QUIELSE CRISÓSTOMO, que declara de utilidade pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES DA ESCOLA PADRE JENSEN - ENSINO DE 1.º GRAU", com sede e foro na Cidade de São José dos Pinhais. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nº 152/79, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mens. Govern. nº 128/79), que dá nova redação à Lei nº 7.074, de 02 de janeiro de 1979, que trata da Organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.R.H., com emendas de Plenário, por unanimidade. Em regime de urgência. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI Nº 152/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.º — O inciso II do § 2.º do art. 25, o art. 29, acrescido de parágrafos, o "caput" do art. 32 e o § 2.º do art. 35, todos da Lei nº 7074, de 02 de janeiro de 1979, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 25. —

§ 2.º —

"II — ser Bacharel em Direito e estar inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil".

"Art. 29 — Para a promoção por merecimento, o Conselho organizará, sempre que for possível, lista tríplice, que o Procurador Geral enviará ao Governador do Estado, por intermédio do Secretário da Justiça.

§ 1.º — Serão incluídos na lista os que obtiverem os votos da maioria absoluta dos membros do Conselho.

§ 2.º — Se nos três primeiros escrutínios não for possível compor a lista por maioria absoluta, a indicação será por maioria simples.

§ 3.º — O integrante do Quadro Especial de Procurador do Estado, que tiver figurado em lista anterior de promoção por merecimento, só poderá ser excluído da seguinte se, em votação preliminar, o Conselho assim o decidir, por maioria absoluta. Em caso contrário, a votação será feita apenas para completar a lista tríplice".

"Art. 32 — As listas de classificação por antigüidade serão publicadas no órgão oficial, para conhecimento dos interessados, os quais poderão reclamar ao Conselho, no prazo de oito (08) dias".

Art. 35 —

§ 2.º — Os remanescentes do Quadro Especial previsto no artigo 22 desta Lei, enquadrados provisoriamente em cargos de Advogado de 2ª classe que serão extintos quando vagarem, concorrerão com os demais integrantes da carreira a promo-

ções por antigüidade e merecimento”.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados o parágrafo único do artigo 34 da Lei n.º 7074, de 02 de janeiro de 1979, e demais disposições em contrário.

Curitiba, em 26 de setembro de 1979.

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 152/79

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 128/79, o presente Projeto de Lei n.º 152/79, objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei n.º 7074, de 02 de janeiro de 1979, que trata da organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências.

O projeto de lei acima referido, de iniciativa do Senhor Governador, não fere qualquer dispositivo legal ou constitucional.

Somos, portanto, pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 12 de outubro de 1980.

(aa) Gilberto Carvalho, Presidente; Paulo Camargo, Relator

COMISSÃO DE RECURSOS HUMANOS
PROJETO DE LEI N.º 152/79

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n.º 128/79, de 26 de setembro de 1979, objetiva o presente projeto de lei dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei n.º 7074, de 02 de janeiro de 1979, que trata da organização da Procuradoria Geral do Estado e adota outras providências.

A douta Comissão de Constituição e Justiça, já se pronunciou sobre a matéria, emitindo parecer favorável, por entender que o assunto atende aos interesses do Estado.

Diante disso, esta Comissão não vê nenhum impedimento que possa obstar a tramitação normal do presente plano de lei por esta Casa, opinando, portanto, Favoravelmente ao mesmo.

Nestas condições, o nosso parecer é pela sua Aprovação.

Sala das Comissões, em 31 de outubro de 1979.

(aa) Wilson Fortes, Presidente; Gabriel Manoel, Relator

EMENDA N.º 01

AQ PROJETO DE LEI N.º 152/79

Acrescente-se ao art. 1.º o seguinte Parágrafo Único:

Art. 1.º —

“Parágrafo Único — Ficam assegurados da lista de que trata o § 1.º do Art. 35 da Lei n.º 7074/79, os direitos às respectivas classificações, a partir de 01/02/79.

Sala das Comissões, em 05 de maio de 1980.

(a) GABRIEL MANOEL

JUSTIFICATIVA:

Cumprindo determinação contida na Lei n.º 7074/79, e nos decretos que a regulamentam, os Procuradores e Advogados da Procuradoria Geral do Estado submeteram-se a processo seletivo, de títulos e trabalhos, que culminou com a remessa ao Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, pelo Procurador Geral do Estado, em data de 01/02/79, da lista classificatória que trata o § 1.º do art. 35, da referida lei.

O ato administrativo de classificação completou-se no âmbito da Procuradoria Geral do Estado, no que diz respeito ao direito dos integrantes da lista, uma vez que, o decreto governamental que a homologaria, teria efeito meramente declaratório, incapaz, portanto, de gerar, modificar ou extinguir os direitos de cada um dos classificados na referida lista.

Antes, porém, da homologação governamental, o Advo-

gado Osmann de Oliveira, impetrou Mandado de Segurança, que determinou a sustação do decreto, situação que perdurou até a decisão da medida a 27/09/79.

Procuradores e Advogados integrantes da lista ingressaram em Juízo, ao lado do Estado do Paraná, como “litis-consortes” passivos e tiveram seus direitos expressamente reconhecidos na Apelação Cível n.º 657/79.

Tendo resguardado plenamente, na via judicial, seus direitos às classificações conquistadas, alguns Procuradores e Advogados pediram aposentadoria no curso da lide, certos de que seus proventos seriam automaticamente revistos pela Administração, com o inevitável sucesso que obteriam no desfecho do Mandado de Segurança.

Mas, julgado este há mais de sessenta dias, com decisão favorável ao Estado do Paraná, e mais expressamente aos “litis-consortes”, até agora não foram revistos os proventos destes funcionários, como de direito.

Para evitar interpelações dúbias, delongas ou qualquer constrangimento na esfera administrativa na análise do direito líquido e certo destes funcionários, convém que texto de lei que a eles se refira expressamente, suprimindo possível lacuna da Lei n.º 7074/79.

A inserção do artigo apresentado, como emenda ao Projeto de Lei n.º 152/79, em tramitação nesta Casa, é medida da mais estrita justiça e que trará à Administração os necessários subsídios legais para solução e reconhecimento de inquestionáveis direitos.

É de ressaltar, ainda, que a verba para suporte desta despesa foi prevista na Lei n.º 7074/79, que foi votada no exercício de 1978. Tratando-se de verba de pessoal, com previsão orçamentária, não há óbice à solução alvitrada.

Também merece menção o fato de ser reduzidíssimo o número de funcionários beneficiados pelo artigo em referência. É bem inferior a 10. Não há que falar em aumento de despesa.

Esta a JUSTIFICATIVA da EMENDA apresentada.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando dispensa de publicação da redação final do Projeto de Resolução n.º 01/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei n.º 119/79. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Domingos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a implantação de um sistema de policiamento preventivo nos estabelecimentos escolares, situados na periferia desta Capital, e que mantém cursos noturnos. — **Aprovado.** Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, com o apoio do Sr. Deputado Pinto Dias, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo urgentes providências no sentido de ser procedido o recapeamento do asfalto no trecho que liga o Bairro dos França ao Distrito de Imbaú, na Rodovia do Café. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a anexação do Projeto de Lei n.º 125/77 ao Projeto de Lei n.º 209/79, por versarem ambos sobre idêntica matéria. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex ao Sr. Presidente da República e às diversas autoridades

manifestando o descontentamento do povo paranaense pela forma com que o Governo estabeleceu o plano para o plantio do feijão das secas. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, das Conclusões do I Encontro de Professores do Oeste do Paraná, bem como manifestar voto de aplauso pela iniciativa. — **Aprovado. (A matéria a ser transcrita, foi lida da tribuna).** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário das Finanças e Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S/A, em forma de apelo, no sentido de que sejam efetuados estudos objetivando a viabilidade de instalação de uma agência em Matinhos. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Delegado Regional do IBGE no Paraná, encarecendo a instalação, ainda no exercício de 1980, de uma agência da referida Fundação no Município de Dois Vizinhos. **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Ministério dos Transportes, no sentido de que o débito do referido Ministério, de Cr\$... 1.300.000.000,00 para com o Governo do Estado do Paraná, seja liberado este ano. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Carlos Zanlorenzi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Colégio Senhor Bom Jesus, pela passagem do seu 84.º aniversário. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado José Tavares, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor da Polícia Civil, consubstanciado em pedido de informações, sobre qual o Delegado que, atualmente, se acha responsável pelas investigações do crime que vitimou as duas irmãs japonesas, ocorrido em Londrina. — **Rejeitado.**

O SR. DARCY DEITOS — Pela ordem, Sr. Presidente, requeiro a Vossa Excelência verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se. (Pausa). Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se. (Pausa).

11 Srs. Deputados aprovam;

21 Srs. Deputados rejeitam.

— **Rejeitado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n.º 11/80. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do expediente de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, do comentário do jornalista Antônio Carlos Lacerda, sob o título "Fábula". — **Aprovado.**

O SR. DARCY DEITOS — Requeiro, pela ordem, a verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a verificação de votação. Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento, queiram levantar-se.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela ordem, solicito a Vossa Excelência a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Srs. Deputados. (É procedida a chamada nominal).

Responderam à chamada nominal, 24 Srs. Deputados.

Há quorum para prosseguimento da sessão, apenas para apreciação da matéria.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministros do Planejamento, das Minas e Energia e demais autoridades, sugerindo a criação do subsídio da gasolina para os taxistas. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Previdência e Assistência Social, e Presidente do INAMPS, encarecendo a equiparação da dotação orçamentária, conferida ao Paraná, para as diversas atividades assistenciais, à do Rio Grande do Sul, considerando que o Paraná, com uma clientela rural muito mais elevada, recebe recursos inferiores. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Ministro da Educação e Secretário da Educação, sugerindo-lhes a uniformização de livros didáticos nas Escolas Públicas e Particulares. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Educação e Presidente da TELEPAR, encarecendo a instalação de um telefone no Grupo Escolar São Paulo Apóstolo, situado no Bairro de Uberaba. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Secretaria da Agricultura, em forma de pedido de esclarecimentos sobre o desencontro de informações prestadas a este Poder e à Imprensa, bem como com as disposições do regulamento dos concursos de produtividade de milho. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando o envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretários da Saúde e Bem Estar Social e da Agricultura, no sentido de que proibam a comercialização e uso de qualquer defensivo agrícola que contenha em sua fórmula, mercúrio. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adalberto Daros, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Sociedade 13 de Maio, pelo 91.º aniversário de fundação. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, encarecendo seja implantado em caráter de urgência, um Posto do INAMPS, na cidade de Toledo. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário dos Recursos Humanos, encarecendo imediato reajuste dos vencimentos dos Servidores Públicos do Estado. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria das Finanças, em forma de pedido de informações, sobre a concorrência para o projeto de construção do Salto Segredo, em que a COPEL é delegada. — **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio

de expediente ao Sr. Secretário da Indústria e Comércio, no sentido de que se informe a esta Casa, sobre sua recente incursão para o exterior, juntamente com representantes de outros órgãos vinculados à referida Secretaria. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Agricultura, encarecendo uma definição clara e concreta a respeito da Campanha de Combate ao Câncer Cítrico no Paraná. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Egon Pudell, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Ministro da Justiça, Governador do Estado e demais autoridades, encarecendo que determinem providências sugeridas ou que o caso venha a exigir, quanto à falta de segurança, roubos de carros e a violência no Oeste do Estado. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Educação, visando a possibilidade de aumentar o número de vagas do Colégio Estadual de Antonina. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nestor Baptista, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado à PARANATUR, no sentido de que tome providências na Estrada da Graciosa, a fim de conservar o asfalto. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Secretário dos Transportes e Chefe do Distrito Rodoviário do DNER, encarecendo providências no sentido de melhorar a sinalização da BR-369, junto

ao acesso do Município de Corbélia. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Deni Schwartz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário da Saúde e Bem Estar Social, no sentido de que informe quais as razões que levaram a referida Pasta a suspender o programa de vacinação preventiva da raiva no ano de 1979. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Friedrich, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, em forma de pedido de informações, sobre se há algum programa ou projeto de planejamento familiar. - **Encerrada a discussão.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex aos Srs. Presidente do Congresso Nacional, Presidente da Câmara dos Deputados e Lideranças dos Partidos Políticos e Presidentes dos Partidos Políticos, a fim de que os mesmos se posicionem favoravelmente à realização das eleições de 15 de novembro. - **Encerrada a discussão.**

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã, dia 14, quarta-feira, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 189 e 190/79 e 1, 2, 15 e 18/80.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 152/79.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n.ºs 11, 12, 13, 16, 17, 18 e 19/80.

Levanta-se a Sessão.